

Democracia nas escolas

Você é a favor ou contra a eleição de diretores de colégios e reitores de universidades?

Cerca de 38 mil eleitores — entre alunos, professores e funcionários — começam escolher hoje, numa votação que prossegue até sexta-feira, o novo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Enquanto isso, na Câmara de Vereadores do Rio discute-se a regulamentação do voto direto para escolha dos diretores nas escolas de 1º e 2º graus do município. Esse tipo de eleição tem criado uma polêmica interminável.

Para uma parcela significativa de professores e estudantes, esse seria o primeiro passo em direção à participação da sociedade no desenvolvimento educacional e cultural do país. Há, entretanto, quem alerte para o risco de se transformar instituições voltadas para a educação e a pesquisa em palcos de campanhas eleitorais que acabam colocando em segundo plano o principal requisito para que um professor se candidate a cargos de direção: a qualificação profissional.

“A experiência de exercer o cargo de diretora através do voto direto de professores, alunos e funcionários tem sido válida para mim”, diz Sônia de Oliveira, diretora eleita há um ano e meio pela comunidade da Escola Municipal Cício Barcelos, em Copacabana (Zona Sul do Rio). “Sou contrário às eleições diretas para reitores de universidades. Essa ideia de cada cabeça um voto só é válida para governadores e prefeitos”, critica o professor José Goldemberg, reitor da Universidade de São Paulo (USP).

A questão da qualificação dos profissionais de ensino também é levantada por professores de escolas particulares e por grandes estudiosos, como o cientista social Hélio Jaguaribe, que sugere a revisão dos critérios de eleição nas universidades. Para ele, funcionários administrativos devem ser excluídos do processo e professores devem ter mais peso de voto que os estudantes. Hélio Silva defende também

maior ponderação para professores titulares, em relação a assistentes e monitores de ensino. “Os portadores de excelência merecem ponderação mais significativa”, argumenta.

Em meio à tumultuada eleição para eleição de reitor na UFRJ e em vésperas da votação de projetos de regulamentação do voto direto nas escolas do Rio, professores e estudantes debatem o tema. A seguir, seus depoimentos.

Paulo Renato Costa Souza (reitor da Universidade de Campinas) - “Sou contra as eleições diretas em escolas e universidades e a favor da participação da comunidade na escolha de seus dirigentes. Cito como exemplo o processo de escolha da própria Unicamp, um projeto idealizado por mim e aprovado pelo conselho universitário. Em nossa universidade, a comunidade é previamente consultada para orientação do conselho na elaboração de lista tripartite que, depois, é submetida ao governador do Estado. Essa consulta não é paritária: os professores têm 3/5 de ponderação, contra 1/5 para alunos e 1/5 para funcionários. Acho que a indicação do reitor tem que se dar através de instância externa porque a universidade não pertence à comunidade interna, mas à sociedade, que a sustenta. A participação da sociedade nessa decisão tanto pode ser pela indicação do governo eleito ou de comissão de representantes da sociedade civil. Considero a estrutura da Unicamp bastante equilibrada e democrática: a comunidade opina, o conselho (órgão máximo) faz a lista e a sociedade escolhe os dirigentes. O professor tem peso maior nas consultas e na composição do conselho porque forma a parcela que tem maior responsabilidade no ensino e na pesquisa. Em 1986, iniciamos uma primeira experiência consultando informalmente a comunidade interna da Unicamp, o que nos deu base para mudar os estatutos da instituição. Nessa ocasião, fui o candidato mais votado entre os professores, que apoiaram esse processo de escolha para cargos de direção, atualmente em vigor”.



Celso Pansera (secretário-geral da União Nacional dos Estudantes) - “Sou favorável ao voto universal em qualquer nível. A comunidade é quem sabe de suas necessidades e como elas devem ser encaminhadas. É preciso que ela tenha chance de se educar na democracia e até de errar na busca desse caminho. Quando alguns críticos afirmam, por exemplo, que funcionários não têm capacidade de escolher um diretor ou reitor, estão falando a mesma língua do general Geisel, durante o período da ditadura, que usava esses argumentos para justificar a exclusão da sociedade nas decisões da nação. Universidades e escolas precisam contar com conselhos de caráter deliberativo, que acompanham de perto o trabalho dos dirigentes eleitos. Eu defendo o voto universal nas escolas e universidades e acho as eleições diretas um avanço na democracia porque têm sido discutidas com todos os segmentos da comunidade educacional”.

Julio Lopes (diretor do Centro Educacional da Lagoa, escola particular do Rio) - “Considero válidas as eleições para diretores das escolas, desde que estes estejam qualificados. Hoje em dia se aboliu o critério técnico em nome do critério político e isso é um absurdo. A maioria dos professores da rede pública não está qualificada para ocupar funções de direção e eu não entregaria um cargo desses a essas pessoas só pelo fato de terem sido eleitos. Como o critério político está tomando conta do processo, fica difícil para as secretarias de educação estabelecerem suas hierarquizações, necessárias para a linealidade da postura e do pensamento dos governos sobre o assunto. Acho que as escolas devem ser unidades autônomas para resolver problemas próprios mas seus diretores precisam ser especializados para isso. Tanto a indicação política quanto o voto direto devem respeitar planos de carreira, que dariam ascensão funcional aos professores com experiência e capacidade. Na minha opinião, os funcionários também devem participar das eleições, desde que os candidatos sejam qualificados para o cargo. Competência técnica tem que estar aliada à competência política”.

Hélio Jaguaribe (professor e historiador) - “A crescente demanda que se observa nos meios docentes, no sentido de que a comunidade de professores eleja seus dirigentes, corresponde, indubitavelmente, a um salutar desenvolvimento de regulamentação social-democrática da sociedade, e encontra duas ordens de limitações a serem observadas: primeiro, a que decorre de qualificação e segundo a que decorre da relação entre responsabilidade pelos meios e decisão no tocante ao seu emprego. No que diz respeito à qualificação, o princípio de auto-gestão universitária está sendo completamente deformado no Brasil pela indevida inclusão de setores estranhos ao corpo docente. Tal acontece quando serventes de aula e toda sorte de funcionários administrativos interferem na eleição de autoridades acadêmicas, o que constitui um contrasenso inaceitável. Por outro lado, não é apropriado no Brasil a dosagem do peso da votação entre professores titulares, assistentes e monitores e alunos. Pertence às contemporâneas noções de um



sistema universitário a participação dos alunos na eleição de autoridades acadêmicas, na medida em que os consumidores do ensino têm algo a dizer a respeito do mesmo. Esse princípio, todavia, não pode ser adotado de forma a deturpar o princípio supremo que deve regular o mundo da cultura: o princípio da excelência. É sabido que nunca se logra perfeita correspondência entre os verdadeiros níveis de excelência e os mecanismos sociais de sua estratificação — concursos para professores titulares, obras escritas etc. Ressalvada a imperfeição de todas as estratificações sociais, é evidente, entretanto, que os professores titulares das universidades merecem mais crédito do que os assistentes e monitores de ensino porque, se não merecem, essa universidade é que não merece existir. Em merecimento, importa dar ponderação significativamente mais alta ao voto dos que supostamente são portadores de excelência. É necessário, assim, em relação à universidade, proceder-se a uma completa revisão dos critérios de eleição dos titulares acadêmicos, deles excluindo totalmente os funcionários administrativos e dando ponderação significativamente maior ao corpo docente, reativamente ao corpo discente e aos professores titulares relativamente aos assistentes e monitores de ensino. Uma última reflexão quanto ao segundo aspecto, relativo aos meios: não se pode conceber decisão sobre o uso dos meios, ou seja os recursos disponíveis para uma determinada unidade de ensino, senão na medida em que essa mesma unidade de ensino disponha de condições para se assegurar da disponibilidade desses recursos. Importa, sim, notadamente, no caso do ensino de 1º grau, diferenciar o nível razoável de auto-gestão didática do nível de gestão de recursos, que depende do poder público e deve permanecer sob administração deste”.

Godofredo Pinto (deputado estadual pelo PT e ex-presidente do antigo Centro Estadual dos Professores, hoje sindicato da categoria) - “A eleição de diretores para escolas de 1º e 2º graus é uma luta do Sepe desde 1979 e, hoje, passou a ser reivindicação nacional ao Ministério da Educação. Existe um consenso entre entidades e lideranças ligadas à educação e entre o movimento comunitário sobre o valor positivo das eleições. Isso não quer dizer que o processo não tenha desvios, mas lembro que estamos em fase de aperfeiçoamento através da prática. O clientelismo que possa ser verificado em escolas com diretores eleitos é menor que o que se vê quando a educação é fruto de injunções político-partidárias. O saldo atual já é positivo porque a maioria dos diretores eleitos não foram escolhidos com base em critérios fisiológicos”.

Sônia de Oliveira (diretora eleita há um ano e meio pela comunidade da escola municipal Cício Barcelos, em Copacabana) - “A eleição de diretores de escolas facilita o trabalho administrativo porque dá credibilidade ao grupo de trabalho. A experiência de exercer o cargo de diretora através do voto direto de professores, alunos e funcionários tem sido válida para mim. Acho que os professores deveriam ter peso de voto maior porque são as pessoas mais envolvidas com o trabalho educacional da escola. As campanhas eleitorais e o processo de voto direto só favorecem o clientelismo nas escolas se o candidato ou diretor estiver de acordo com essa conduta. Se o dirigente estiver voltado para a educação, não terá problemas desse tipo”.

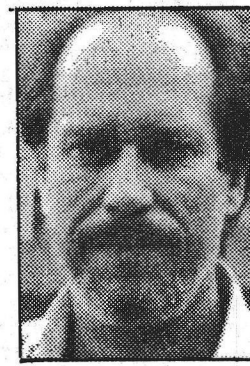
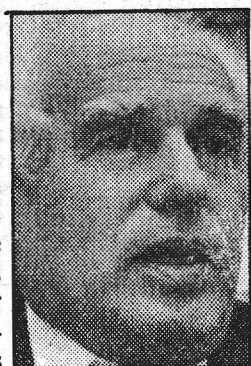
Ivo Barbieri (reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - “Fui eleito pelo processo de eleição direta e acredito que essa é a participação mais abrangente da comunidade acadêmica sem que essa autonomia conquistada signifique isolamento do resto da sociedade. A participação ampla na escolha dos dirigentes e dos problemas das instituições são importantes e deve haver um compromisso de campanha que mobilize a comunidade em torno de ideias e propostas consistentes. A proporção dos votos entre os diversos segmentos das universidades é um tema polêmico. Eu considero que os professores têm responsabilidades indeclináveis e o trabalho como professor e pesquisador dá prestígio à instituição. Por isso, defendendo peso maior para o voto dos professores. Também é imprescindível a participação dos estudantes, que dão uma nota de juventude e idealismo ao processo de democratização e considero que os funcionários também devem ter voz de voto. Em resumo, acho que professores devam ter peso maior, o estudantes devam ficar em posição intermediária, enquanto funcionários ficariam com proporção menor. Temos que nos lembrar que vivemos uma época de transição de estruturas enrijecidas para momentos de participação maior e pior seria retroceder nesse processo. Estamos nos

aprimorando para chegarmos à forma mais democrática e mais adequada, onde conhecimento e saber são valores de destaque. Só não podemos perder de vista a ideia de que a universidade trabalha para a sociedade, que sua fonte de recursos é o contribuinte e que um hiato nesse relacionamento sacrificaria o desenvolvimento das universidades. Nossas instituições são jovens e viveram isoladas durante o período autoritário. A democratização não se faz sem transformações profundas. A escolha dos reitores poderia ser feita até por um colégio eleitoral, desde que fosse representativo e não um cla que só defende seus próprios interesses. Afinal, o parlamentarismo é a forma mais civilizada de democracia. O fundamental é que as universidades definam seus próprios estatutos para que cada uma encontre seu caminho, sua fisionomia”.

José Goldemberg (reitor da Universidade de São Paulo) - “Sou contrário às eleições diretas para reitores de universidades. Essa ideia de cada cabeça um voto só é válida para governadores e prefeitos. Dentro das escolas discute-se assuntos especializados e o voto não tem cabimento. Seria como eleger o cirurgião que vai realizar uma operação dentro de um hospital. Acho, sim, que deve haver representantes da comunidade nos conselhos universitários. O da USP, por exemplo, tem representação de alunos e funcionários e, lá, eles podem manifestar seus pontos de vista. Eleições diretas para reitor são uma ideia equivocada de democracia. Nas universidades, os formadores de recursos humanos é quem devem dirigir. Na USP, os professores titulares são consultados sobre os nomes que têm seu apoio mas essa consulta não tem nenhum valor legal. No caso de diretores de faculdades, são elaboradas listas tripartites e o reitor indica os nomes. Se cada universidade escolher seus dirigentes, elas passarão a viver para si mesmas e, se cada escola eleger seu diretor, o sistema passará a ser uma colcha de retalhos, faltaria a união em torno de requisitos básicos. Eu chamo essa mania de eleição de democratite e esse problema poderá acarretar sérios prejuízos, como a aprovação geral de alunos ou o beneficiamento de funcionários com verbas destinadas ao conjunto da universidade. Lembro que 97% dos recursos enviados pelo governo federal às universidades são gastos com salários”.

Chico Alencar (vereador do PT, professor e autor de projeto que atualiza a lei que regula as eleições diretas nas escolas municipais) - “As instituições de educação têm relação cotidiana com alunos, professores e funcionários e, no caso das escolas de 1º e 2º graus, com os pais. É óbvio que a gestão das unidades é de responsabilidade dessa comunidade e não do governo que as mantém. Nas universidades, as eleições estão garantidas pela Constituição, quando ela fala em autonomia. No caso das escolas, existe uma autonomia relativa, já que fazem parte de um sistema homogêneo. Mas a direção das escolas precisam ter compromisso com quem elas atendem. Essa é uma necessidade pedagógica e política. No Rio, a indicação de diretores pelo prefeito estimula o clientelismo, já que a nomeação se dá por influência de um político da área, enquanto que a direção eleita tem compromisso maior com quem a elegeu. As eleições de diretores são um passo no caminho da democracia das escolas mas é claro que também refletem as mazelas da nossa sociedade: podem surgir maus diretores eleitos, assim como existem maus políticos. Para evitar esse problema, é preciso dar caráter administrativo aos conselhos Escola-Comunidade. Em São Paulo, o professor Paulo Freire tornou os conselhos de pais e alunos deliberativos e a experiência tem sido muito boa. Na Câmara, eu estou propondo formas de tornar as eleições diretas e substantivas, com estímulos à participação da comunidade. Educação é tarefa da sociedade”.

Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães (vice-presidente do Conselho Internacional de Política Científica e Tecnológica da Unesco e assessor da presidência do BNDES) - “Em princípio, concordo com a participação da comunidade diretamente envolvida nas decisões das instituições. Mas, depois de um longo período de autoritarismo, onde a participação das pessoas era zero, vemos um excesso, uma espécie de embriaguez, quando tudo tem que ser resolvido através de eleições. Nas escolas e universidades, os professores têm que ser ouvidos porque nenhum diretor ou reitor poderá trabalhar sem seu apoio. Acho que os candidatos só poderiam ser eleitos com um terço dos votos dos professores e critico o peso dado atualmente à participação dos alunos porque estes freqüentam as instituições por tempo



limitado. Concorro com a participação dos funcionários na escolha de reitores e diretores porque são parte importante na vida das escolas e universidades. O pronunciamento da comunidade pode impedir que pessoas repudiadas assumam cargos de direção dessas instituições mas é preciso que essa mesma comunidade não permita a demagogia dos candidatos. Não concordo com a transformação de unidades de ensino em palco de campanhas eleitorais”.

Maurício Azedo (vereador do PDT) - “As eleições nas escolas são uma medida salutar, de integração do processo de democratização da vida das instituições brasileiras. Atualmente, professores e servidores têm peso de voto correspondente ao de alunos e responsáveis, embora esses últimos sejam maioria e isso confere ao primeiro segmento voto de valor quantitativo maior. Eu considero isso uma anomalia porque pode-se conduzir o processo a um clientelismo indesejável. Nas universidades, o fenômeno não é tão grave porque é grande o número de alunos que interferem no processo. Já nas escolas municipais, não há forte adesão da comunidade no processo eleitoral. As eleições para diretores nas escolas do Rio foram implantadas a partir de 84 e estão sendo objeto de avaliação e observação. Eu propus alterações ao projeto de consolidação da lei que regula as eleições no município, apresentada pelo vereador Chico Alencar mas estou revendo essas propostas depois de encontros com professores. No projeto de Chico Alencar, por exemplo, limita-se a dois anos de magistério e um de regência de turma o tempo de experiência dos professores que desejem se candidatar. Eu proponho a elevação deste período para 10 anos de magistério e cinco de regência mas fui informado por professores da Zona Oeste que essa exigência inviabilizaria o processo naquela região porque, lá, a maioria não possui esse tempo de experiência. Chico Alencar também propõe que a exoneração dos diretores seja aceita apenas a pedido do próprio ou diante de falta passível de inquérito administrativo. Eu acrescento como outro motivo de exoneração o descumprimento das normas da Secretaria Municipal de Educação. Precisamos pensar nos riscos do poder corporativo, com as consequências que esse caráter acarreta”.

Alexandre Magalhães (presidente da associação de docentes da UFRJ) - “Na minha opinião, professores e comunidade devem participar diretamente da escolha de diretores e reitores para que se mantenham os debates das questões fundamentais das instituições. É uma medida que pode proporcionar a melhoria acadêmica e a qualidade do trabalho de pesquisa e ensino. O grande problema enfrentado atualmente é a ação de alguns setores apenas ligados a questões corporativistas imediatas mas, na medida em que eles também estão envolvidos nos debates, podem ajudar a encontrar soluções. As eleições diretas podem ajudar a democratizar as universidades, a maioria ainda convivendo com estatutos de 1970. Na UFRJ, é preciso mudar os regimentos internos para evitar a centralização das decisões, profundamente prejudicial ao funcionamento dos departamentos e escolas. Todos os recursos financeiros ainda estão ligados à reitoria e a relação dos diretores de universidades com o reitor é a mesma que a de prefeitos e governadores com o presidente da República. Para conquistarmos a autonomia das universidades, é preciso que os diretores tenham poder de decidir e desenvolver seus projetos locais, ao invés de andarem com pires na mão”.

Reinaldo Guimarães (sub-reitor de pós-graduação e pesquisa da Uerj) - “Durante muitos anos, conselhos universitários elaboraram listas indicativas para reitor e uma instância externa dava a decisão final. Isso não deu certo porque não é correto dizer que a competência científica esteja agrupada nos conselhos. A partir de 1985 começou-se a tentar novas formas de escolha dos dirigentes das instituições. A que ocorre hoje, entretanto, também não resolve. A paridade entre funcionários, professores e alunos é um erro porque a universidade tem funções específicas que não são as mesmas que as de governos de municípios ou estados. O professor forma o corpo permanente que detém o saber e este deve ter peso maior. No colégio eleitoral da USP, por exemplo, os professores têm peso definido maior na definição de uma lista de nomes a ser encaminhada para indicação de instância externa. É preciso lembrar que autonomia não significa desligamento da sociedade. Não é preciso que o presidente da República indique o reitor de uma universidade federal mas alguém que represente a sociedade — que financie essa instituição — deve ser ouvido”.